

MANIFESTO EM DEFESA DO SUS

A Saúde é, sem dúvida alguma, a mais inclusiva das políticas sociais promovidas pelo Estado brasileiro, mesmo que ainda não estejamos satisfeitos com a qualidade do sistema. É graças ao Sistema Único de Saúde - universal, com atendimento integral e gratuito - que milhões de cidadãos podem contar com um mínimo de amparo e atenção à sua saúde. Ainda que o sistema que temos hoje distancie-se daquele que foi consagrado na "Constituição Cidadã", sua existência é essencial num país com tantas e tão grandes disparidades regionais e desigualdades sociais. Não fosse o SUS, milhares de crianças vítimas da desnutrição causada pela miséria e pelo desemprego, de mães que necessitam de atenção para seus partos, de acidentados na selva do trânsito e de vítimas da violência que assola as grandes cidades, de portadores de patologias crônicas e incuráveis, como as doenças renais e a AIDS, de idosos que mal conseguem sobreviver com os parcos proventos da aposentadoria e tantos outros estariam condenados ao mais completo desamparo.

Desde a sua instituição no plano jurídico, contudo, o SUS tem enfrentado inimigos poderosos. Dentre esses, encontram-se os que entendem os gastos sociais como despesas e que, portanto, devem ser comprimidas ao máximo para propiciar recursos para a salvação de bancos falidos, para pagamento dos juros absurdos praticados no país, para o pagamento da dívida pública e para cobrir o serviço da dívida externa. Esses são os responsáveis pelo desfinanciamento do SUS, garrote vil que asfixia a Saúde e destina menos de US\$ 80 por habitante/ano, quantia insuficiente mesmo que não houvesse um único centavo de fraude no setor.

Ao lado desses, torcendo pela falência do SUS, perfilam-se os que enxergam num possível malogro do sistema uma forma de angariar clientela para os planos privados de saúde, repletos de carências e exceções, inexistentes na saúde pública, fazendo da exclusão sua maior e permanente fonte de lucro.

Esse é um dos motivos que atestam a inviabilidade da opção neoliberal na saúde. Os que preconizam a adoção de um modelo de "mercado" para o setor escondem da opinião pública o fato de que tal opção é a via direta para a criação de cidadãos de 2ª classe excluídos do que chamam de "mercado". Essa é a contra-reforma pretendida pelo Governo Federal, quebrando a universalidade, acenando para um atendimento apenas básico para a população e privilegiando as empresas de saúde, no momento em que

remeterá para o mercado todo o atendimento secundário e terciário. A reforma da saúde já ocorreu e está na Constituição Brasileira, cabe cumpri-la.

Aos grupos que pretendem destruir o SUS agrega-se o próprio Presidente da República. Atestam tal adesão as declarações que tem feito de que gostaria de colocar na pasta da saúde um técnico, sem compromisso com o setor, com o propósito de conter os gastos e, ainda, que seria necessária uma mudança no sistema para que os que pudessem pagar, passassem a fazê-lo, dizendo que a universalidade é mera utopia, esquecendo-se que tal "utopia" é um direito já conquistado na Constituição. Ou o Sr. Presidente também já esqueceu do que lá foi escrito?

Nesse sentido, devemos exigir em alto e bom som que o Presidente honre as promessas feitas para toda a Nação, por intermédio de seu programa de governo intitulado "Mãos a Obra". Naquele documento, FHC firmou textualmente seu compromisso com o SUS, sua doutrina, princípios e objetivos e deu sua palavra que se empenharia no sentido de remover os obstáculos que têm prejudicado o desenvolvimento do sistema.

No momento em que a Plenária Nacional com delegações dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde se reúne para dar consequência aos rumos democraticamente definidos na Xª Conferência Nacional de Saúde, propomos que esse encontro exija do Governo o cumprimento integral de seu programa escolhido nas urnas, e reafirme o dever indelegável do Estado para com a Saúde, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica da Saúde.

Aos que tentam apresentar o SUS como um modelo falido de atenção à saúde, devemos combater reiterando o dito veiculado durante a Xª Conferência de que "onde deu SUS, deu certo". Com isso, asseveramos que o modelo de proteção social amplo e coletivamente gerido representado pelo Sistema Único tem tudo para dar certo, desde que prevaleçam as suas bases originais, alicerçadas no controle social, como já indicam os mais de cem municípios que tiveram autonomia para gerir o SUS.

Assim, conclamamos toda a sociedade brasileira para que cerre fileira na defesa do Sistema Único de Saúde, da universalidade e do financiamento em níveis suficientes para que se recupere a dignidade e a qualidade da atenção à saúde.